



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **1500064-90.2018.8.26.0555 - 2018/002246**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Réu: **LUCAS ROCHA LEITÃO e outros**
 Data da Audiência: **19/12/2018**

Réu Preso

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **LUCAS ROCHA LEITÃO, GABRIEL MARTINS CELINO e LUCAS GABRIEL DE PAIVA**, realizada no dia 19 de dezembro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a ausência dos acusados, devidamente escoltados; a presença do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**; a presença dos Defensores **DRA. TATIANA ROBERTA JESUS VIEIRA (OAB 322909/SP) e DR. EDSON LUIS BRANDÃO (OAB 45748/PR)**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, dos próprios imputados e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, dos próprios imputados, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas **ALEX GIOVANI DE MARCO CANALLI, GUSTAVO BORGES FRISENE, ADRIANE DA CONCEIÇÃO PEREIRA e JÉSSICA CAROLINE PEREIRA DA SILVA**. Por fim, foi realizado o interrogatório dos acusados, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. LUCAS ROCHA LEITÃO, GABRIEL MARTINS CELINO e LUCAS GABRIEL DE PAIVA**, qualificados, foram denunciados como incurso no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. Os réus foram citados e ofereceram resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a parcial procedência da ação penal, desclassificando-se para o delito descrito no artigo 28 da Lei 11.343/06. As defesas concordaram com a manifestação ministerial. **É o relatório. DECIDO.** Acolho os motivos expostos pelo Ministério Público e os tomo como minhas razões de decidir, para fundamentar a impossibilidade de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

embasamento de um decreto penal condenatório por tráfico. Embora existam indícios da prática de tráfico, e essa hipótese não pode ser descartada, as quantidades de drogas encontradas com os réus são compatíveis com a condição de usuários, tendo em vista o período previsto para o uso das drogas (durante 24 horas numa festa ininterrupta), é bastante factível que todas as drogas ou a maior parte delas fossem consumidas, razão pela qual desclassifico o delito para o previsto no artigo 28 da Lei de Drogas. Passo a fixar a pena. Considerando a primariedade dos acusados, aplico a pena de advertência. Ante o exposto, julgo procedente em parte o pedido contido na denúncia condenando-se os réus **LUCAS ROCHA LEITÃO, GABRIEL MARTINS CELINO e LUCAS GABRIEL DE PAIVA** à pena de **ADVERTÊNCIA**, por infração ao artigo 28 da Lei 11.343/06. Expeçam-se alvarás de soltura. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--

Promotor:

Acusados:

Defensor Público:

Defensores: